

Brasil precisa pagar US\$ 1,8 bilhão para organismos oficiais em 1987

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Um total de US\$ 1,8 bilhão é quanto o Brasil deve, ao longo deste ano, desembolsar como pagamento dos compromissos assumidos com empréstimos tomados diretamente junto a agências de financiamento governamentais ou com o aval destas e que envolvem, praticamente, financiamentos ao comércio exterior, com prazo superior a 360 dias.

Aquela é a previsão oficial e o valor — este diz respeito não só a amortizações que não estão incluídas no acordo de rescalonamento acertado em janeiro, no Clube de Paris, mas também aos juros deste ano que por enquanto têm fluído normalmente para o exterior — mostra bem, na opinião do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, chefe do Centro de Política Monetária e de Econômica Internacional da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, “o esforço de pagamento que o Brasil está

fazendo, a despeito das linhas de crédito daquelas agências ao País estarem praticamente fechadas desde 1985”.

Batista Júnior, como consultor especial que prestou assessoria ao ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, lembra que as agências de crédito vinculadas aos governos credores não têm cumprido com os entendimentos feitos junto ao governo brasileiro. “Em dezembro do ano passado, recebemos um compromisso por escrito do Clube de Paris no sentido de que as linhas seriam reabertas caso o País acertasse um acordo formal de rescalonamento da dívida com os governos, o que foi feito em janeiro”, atestou o economista para este jornal.

A persistir a resistência das agências governamentais, Nogueira Batista Júnior acha que não há muito a fazer senão suspender o pagamento dos juros sobre a dívida contraída com aquelas entidades, à seme-

lhança do que já foi feito no passado. Os juros estão calculados em torno de US\$ 1,2 bilhão, enquanto que as amortizações, no valor de cerca de US\$ 600 milhões, referem-se aqui apenas ao montante que está fora do que se chama de “cut-off date” — data que vem servindo como referencial para a rolagem do principal e dos juros nas negociações com o Clube de Paris e que envolve contratos firmados depois de 31 de março de 1983.

Não estão considerados naquele montante cerca de US\$ 500 milhões equivalentes às amortizações que se vencem no segundo semestre deste ano, em torno das quais “supõem-se que haverá rescalonamento, já que o valor está dentro das condições básicas para rolagem”, conforme observou.

O governo brasileiro, quando montou no início do ano as projeções das contas do balanço de pagamentos para a ponta de final de 1987, contava em obter das agências financeiras go-

vernamentais — cujo grande universo é composto pelos chamados “exim-banks” — US\$ 1,2 bilhão de desembolso efetivo no decorrer do período. Esta perspectiva, agora, dificilmente seria alcançada, conforme admite Nogueira Batista: “As últimas projeções do balanço de pagamento (divulgadas em março) foram feitas em conjunto entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central e nós trabalhamos em cima de metas negociáveis”, explicou ele.

Com o Banco Mundial, ele confia que ainda haja espaço para os desembolsos previstos de US\$ 2 bilhões neste ano: “As negociações com aquele organismo não estão indo mal e é bom lembrar que a meta fixada para o ano surgiu de uma consulta com nossa representação junto ao banco e foi considerada como factível e razoável”. Entre juros e amortizações o Brasil deve pagar este ano ao Banco Mundial cerca de US\$ 1,2 bilhão.